



BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96

NIRE 35.300.393.180

MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 22 DE MARÇO DE 2019

HORÁRIO: 11:00 HORAS

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	4
INFORMAÇÕES GERAIS	6
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	8
ANEXO I	14
ANEXO II	19

APRESENTAÇÃO

O presente manual ("**Manual**") tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações a V.Sa. acerca das matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária ("**AGE**") da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. ("**Companhia**"), a ser realizada em 22 de março de 2019, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020.

Nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**") e das disposições do Estatuto Social da Companhia, seguem, neste Manual, as informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos à AGE, bem como a apresentação da Proposta da Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96
NIRE 35.300.393.180

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE MARÇO DE 2019

Ficam os Senhores acionistas da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurante S.A. ("**Companhia**") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária ("**AGE**"), a ser realizada em 22 de março de 2019, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020, para deliberarem sobre: **(i)** a aprovação do aditamento ao Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 7 de julho de 2014 e alterado em 22 de junho de 2017 ("**Primeiro Plano**"), ao Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 22 de junho de 2017 e alterado em 9 de outubro de 2017 ("**Segundo Plano**") e ao Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 22 de junho de 2017 ("**Terceiro Plano**"); **(ii)** a aprovação do Plano de Concessão de Ações da Companhia ("**Quarto Plano**"); **(iii)** a aprovação da retificação da remuneração global da administração da companhia aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2018.

1. Documentos à disposição dos acionistas. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020, e no *website* da Companhia (www.burgerking.com.br/ri), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e na Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**").

2. Participação dos acionistas na AGE. Poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam da seção Informações Gerais do Manual da Administração disponível na sede da Companhia, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020, e no *website* da Companhia (www.burgerking.com.br/ri), bem como nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), sendo que, dentre os documentos, será necessária a apresentação: (a) do documento de identidade; (b) do comprovante de titularidade de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; e, se for o caso, (c) do instrumento de mandato para representação do Acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Não haverá votação a distância para a AGE, nos termos da Instrução CVM 481.

3. Apresentação dos Documentos para Participação na AGE. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGE, solicita-se aos acionistas da Companhia o depósito dos documentos relacionados no item 2 acima na sede da Companhia, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores ou do Departamento Jurídico, com antecedência mínima de 24 horas a contar da hora marcada para a realização da AGE. Não obstante o disposto acima, os acionistas que comparecerem à AGE munidos de tais documentos poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente.

Barueri, 7 de março de 2019.

Guilherme de Araújo Lins

Presidente do Conselho de Administração

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Instalação da AGE

A AGE instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

2. Orientação para participação dos acionistas na AGE

A participação do acionista na AGE poderá ser pessoal, por representante legal ou por procurador devidamente constituído (observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações).

2.1. Participação pessoalmente ou representado por procurador

Os acionistas deverão apresentar-se na AGE portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, bem como os seguintes documentos:

- (a) **pessoas físicas:** documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, ou, quando representado por procurador, documento de identidade com foto do mandatado e cópia autenticada do documento que comprove os poderes do signatário;
- (b) **pessoas jurídicas:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e
- (c) **fundos de investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

Aos acionistas que forem representados por meio de procuração, deverá ser apresentado o instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Aos acionistas que se farão representar por meio de procuração, informamos que a Companhia exigirá o reconhecimento de firma das procurações assinadas no território brasileiro e a notariação e apostilação daquelas assinadas fora do país.

Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa física ou que não assinar a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, poderá não aceitar a procuração para o procurador designado, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 481.

Conforme entendimento do Colegiado da CVM em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ 2014/3578), os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na AGE

por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade representada e conforme as regras do Código Civil ou da Lei das Sociedades por Ações, a depender do tipo societário do acionista, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

Observamos que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Solicitamos ao acionista que antecipe o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas dos documentos acima referidos para o seguinte endereço eletrônico: ri@burgerking.com.br. De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista até o dia 22 de março de 2019, inclusive, no seguinte endereço postal: BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., A/C Diretoria de Relações com Investidores, Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020, Barueri, SP.

Não haverá votação a distância para a AGE, nos termos da Instrução CVM 481.

3 Esclarecimentos adicionais:

Nos termos da Instrução CVM 481, os documentos de interesse dos acionistas para a participação na AGE estão anexos a este Manual e também disponíveis na sede da Companhia, localizada na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020, Barueri, SP, e no *website* da Companhia (www.burgerking.com.br/ri), bem como nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96
NIRE 35.300.393.180

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE MARÇO DE 2019

Senhores acionistas,

A administração (“**Administração**”) da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurante S.A. (“**Companhia**”) apresenta aos senhores sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 22 de março de 2019, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020 (“**AGE**”).

1. Aprovação do aditamento ao Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 7 de julho de 2014 e alterado em 22 de junho de 2017, ao Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 22 de junho de 2017 e alterado em 9 de outubro de 2017 e ao Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 22 de junho de 2017.

A Administração propõe a V. Sas. a aprovação do aditamento ao Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 7 de julho de 2014 e alterado em 22 de junho de 2017 (“**Primeiro Plano**”), ao Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 22 de junho de 2017 e alterado em 9 de outubro de 2017 (“**Segundo Plano**”) e ao Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 22 de junho de 2017 (o “**Terceiro Plano**” e em conjunto com o Primeiro Plano e o Segundo Plano, “**Planos**”), para fins de:

- (i) excluir dos Planos quaisquer referências (a) ao antigo acordo de acionistas da Companhia, o qual já foi distratado, e (b) às opções de compra de ações preferências de emissão da Companhia, vez que a Companhia apenas possui ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;
- (ii) excluir a Cláusula 11 de cada um dos Planos, relativa aos eventos de liquidez aptos a acelerar o período de vesting das opções outorgadas no âmbito dos referidos Planos, sem renumeração das demais cláusulas dos Planos;
- (iii) alterar a redação da Cláusula 9.1 de cada um dos Planos, em decorrência da exclusão da Cláusula 11, proposta no item (ii) acima. As referidas cláusulas passariam a vigorar com a seguinte redação, respectivamente:

Primeiro Plano

“9.1. Sob este Primeiro Plano, e exceto se de outra forma objeto de ajuste pelo Comitê de Gestão, o primeiro lote de Opções poderá ser exercido a partir de 14 de

julho de 2014 (“**Lote Inicial**” ou “**Vesting Inicial**”, conforme aplicável), sendo o direito de exercer os demais lotes adquirido de forma sucessiva a partir das datas indicadas no Anexo A ao presente Primeiro Plano (“**Lotes Subsequentes**” ou “**Vestings Subsequentes**”, conforme aplicável), sendo que, para fins deste Primeiro Plano, será considerado “**Período de Vesting**”, em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos indicados no Anexo A. As Opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes poderão ser exercidas pelo Participante a qualquer tempo após o respectivo Vesting observado, porém, o disposto nas Cláusulas 15, 16 e 18 deste Primeiro Plano. As Opções que já tenham passado pelo Período de Vesting ora referido, serão doravante denominadas “**Opções Vested**”. Sem prejuízo, e conforme acima estabelecido, o Comitê de Gestão poderá, em cada Programa ou Contrato individual, estabelecer condições diversas de Vesting.”

Segundo Plano

“9.1. Sob este Segundo Plano, e exceto se de outra forma objeto de ajuste pelo Comitê de Gestão, o primeiro lote de Opções poderá ser exercido a partir de 14 de julho de 2017 (“**Lote Inicial**” ou “**Vesting Inicial**”, conforme aplicável), sendo o direito de exercer os demais lotes adquirido de forma sucessiva a partir das datas indicadas no Anexo A ao presente Segundo Plano (“**Lotes Subsequentes**” ou “**Vestings Subsequentes**”, conforme aplicável), sendo que, para fins deste Segundo Plano, será considerado “**Período de Vesting**”, em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos indicados no Anexo A. Exceto conforme disposto neste Segundo Plano, as Opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes não expirarão e poderão ser exercidas a qualquer tempo após o respectivo Vesting observado, porém, o disposto nas Cláusulas 15, 16 e 18 deste Segundo Plano. As Opções que já tenham passado pelo Período de Vesting ora referido, serão doravante denominadas “**Opções Vested**”. Sem prejuízo, e conforme acima estabelecido, o Comitê de Gestão poderá, em cada Programa ou Contrato individual, estabelecer condições diversas de Vesting, sem prejuízo, entretanto, do disposto na Cláusula 5.5 acima.”

Terceiro Plano

“9.1. Sob este Terceiro Plano, e exceto se de outra forma objeto de ajuste pelo Comitê de Gestão, o primeiro lote de Opções poderá ser exercido a partir de 14 de julho de 2017 (“**Lote Inicial**” ou “**Vesting Inicial**”, conforme aplicável), sendo o direito de exercer os demais lotes adquirido de forma sucessiva a partir das datas indicadas no Anexo A ao presente Terceiro Plano (“**Lotes Subsequentes**” ou “**Vestings Subsequentes**”, conforme aplicável), sendo que, para fins deste Terceiro Plano, será considerado “**Período de Vesting**”, em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos indicados no Anexo A. Exceto conforme disposto neste Terceiro Plano, as Opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes não expirarão e poderão ser exercidas a qualquer tempo após o respectivo Vesting observado, porém, o disposto nas Cláusulas 15, 16 e 18 deste Terceiro Plano. As Opções que já tenham passado pelo Período de Vesting ora referido, serão doravante denominadas “**Opções Vested**”. Sem prejuízo, e conforme acima estabelecido, o Comitê de Gestão poderá, em cada Programa ou Contrato individual, estabelecer condições diversas de Vesting, sem prejuízo, entretanto, do disposto na Cláusula 5.5 acima”.

- (iv) alterar a redação da Cláusula 15.2(b) de cada um dos Planos e incluir a Cláusula 15.4 em cada um dos Planos, para fins de conferir novo tratamento às opções outorgadas aos participantes dos referidos Planos em caso de desligamento destes da Companhia mediante demissão pela Companhia ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa, ou em caso de desligamento por Rescisão Indireta: As referidas cláusulas passariam a vigorar com a seguinte redação, respectivamente:

Primeiro Plano

“15.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência do Primeiro Plano, o Participante:

(...)

(b) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa ou houver desligamento em caso de Rescisão Indireta: (i) as Opções Non-Vested passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, para que possam ser exercidas pelo Participante, por um período de 90 (noventa) dias contados da data do desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Vested poderão ser exercidas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

15.4 Para fins do presente Primeiro Plano, o termo “**Rescisão Indireta**” significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia ou sua respectiva Afiliada por ato atribuível à Companhia ou suas Afiliadas, tanto para o caso de Participantes empregados quanto não-empregados (por aplicação analógica), nas hipóteses previstas no art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, independentemente de ajuizamento de processo judicial ou arbitral contra a Companhia ou suas Afiliadas, incluindo (a) assédio moral; (b) exigência de trabalhos superiores às forças do Participante, incluindo em situações nas quais a habilitação profissional ou técnica do Participante não corresponde às tarefas solicitadas; e (c) estabelecimento de metas de atingimento improvável.”

Segundo Plano

“15.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência do Segundo Plano, o Participante:

(...)

(b) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa ou houver desligamento em caso de Rescisão Indireta: (i) as Opções Non-Vested passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, para que possam ser exercidas pelo Participante, por um período de 90 (noventa) dias contados da data do desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Vested poderão ser exercidas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e

15.4 Para fins do presente Segundo Plano, o termo “**Rescisão Indireta**” significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia ou sua respectiva Afiliada por ato atribuível à Companhia ou suas Afiliadas, tanto para o caso de Participantes empregados quanto não-empregados (por aplicação analógica), nas hipóteses previstas no art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, independentemente de ajuizamento de processo judicial ou arbitral contra a Companhia ou suas Afiliadas, incluindo (a) assédio moral; (b) exigência de trabalhos superiores às forças do Participante, incluindo em situações nas quais a habilitação profissional ou técnica do Participante não corresponde às tarefas solicitadas; e (c) estabelecimento de metas de atingimento improvável.”

Terceiro Plano

“15.2. Se, a qualquer tempo durante a vigência do Terceiro Plano, o Participante:
(...)

(b) for desligado da Companhia ou de sua respectiva Afiliada mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa, ou houver desligamento em caso de Rescisão Indireta: (i) as Opções Non-Vested passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, para que possam ser exercidas pelo Participante, por um período de 90 (noventa) dias contados da data do desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização ; e (ii) as Opções Vested poderão ser exercidas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização;

15.4 Para fins do presente Terceiro Plano, o termo “**Rescisão Indireta**” significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia ou sua respectiva Afiliada por ato atribuível à Companhia ou suas Afiliadas, tanto para o caso de Participantes empregados quanto não-empregados (por aplicação analógica), nas hipóteses previstas no art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, independentemente de ajuizamento de processo judicial ou arbitral contra a Companhia ou suas Afiliadas, incluindo (a) assédio moral; (b) exigência de trabalhos superiores às forças do Participante, incluindo em situações nas quais a habilitação profissional ou técnica do Participante não corresponde às tarefas solicitadas; e (c) estabelecimento de metas de atingimento improvável.”

2. Aprovação da criação do Plano de Concessão de Ações da Companhia.

A Administração propõe a V. Sas. a aprovação do Plano de Concessão de Ações da Companhia (“**Quarto Plano**”) como forma de incentivo à integração e permanência na Companhia dos administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, independentemente de qualquer posição hierárquica, senioridade ou tempo de contratação, eleitos pelo Conselho de Administração ou pelo comitê de gestão dos atuais planos de opção de ações da Companhia (“**Comitê**”) para participar do Quarto Plano (“**Participantes**”). Os Participantes farão jus ao recebimento de ações restritas virtuais (“**Ações Restritas Virtuais**”) e, a depender do cumprimento de determinadas condições, poderão receber de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Ações**”). O número de Ações a serem transferidas ao Participante quando do

cumprimento dos termos e condições do Quarto Plano e dos respectivos Programa e Contrato de Concessão corresponderá **(a)** ao número de Ações Restritas Virtuais a ele concedidas menos **(b)** o montante total do imposto de renda retido na fonte e das contribuições previdenciárias então devidos pelo referido Participante decorrentes da transferência das Ações.

O Quarto Plano tem por objetivo: **(i)** estabelecer regras para que os Participantes possam receber Ações Restritas Virtuais e Ações de forma não onerosa; **(ii)** estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, incentivando a integração dos Participantes na Companhia; **(iii)** aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco; **(iv)** fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes na Companhia; e **(v)** atrair novos talentos para a Companhia.

De acordo com o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 481, a Companhia informa aos acionistas que as informações exigidas pelo referido artigo estão devidamente indicadas no Anexo I desta Proposta e que a cópia integral do Quarto Plano é parte integrante desta Proposta na forma do Anexo II.

3. Aprovação da retificação da remuneração global da administração da companhia aprovada na AGOE de 2018.

A Administração propõe a V. Sas. a aprovação a retificação do valor da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia para o exercício de 2018 (“Remuneração dos Administradores”), a qual constitui uma das matérias da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária convocada para o dia 27 de abril de 2018 às 10:00 horas (“AGOE de 2018”), para que o seu valor total **passe de até R\$ 18.299.249,22** (dezoito milhões, duzentos e noventa e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos), sendo (i) R\$0,00 referentes ao Conselho de Administração; e (ii) R\$18.299.249,22 referentes à Diretoria **para até R\$ 20.856.033,76** (vinte milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil e trinta e três reais e setenta e seis centavos) sendo (i) R\$0,00 referentes ao Conselho de Administração; e (ii) R\$ 20.856.033,76 referentes à Diretoria.

Tal valor refere-se ao limite proposto para a remuneração fixa (salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos e encargos sociais) e benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo, bem como a remuneração variável (participação nos resultados) e valores relacionados aos Planos de Outorga de Opção de Ações da Companhia.

O valor ora proposto para a Remuneração dos Administradores corresponde a um aumento de 13,97% (treze vírgula noventa e sete por cento) em relação à Remuneração dos Administradores objeto da proposta submetida à AGOE de 2018. Segue abaixo tabela comparativa com a composição da Remuneração dos Administradores objeto da proposta submetida à AGOE de 2018 (Proposta 2018) e da nova Remuneração dos Administradores ora proposta (Nova Proposta 2018).

	<i>Nova Proposta 2018</i>	<i>Proposta AGO 2018</i>	<i>Realizado 2017</i>
<u>Conselho de Administração</u>	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
<i>Remuneração Fixa</i>	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

<i>Remuneração Variável e baseada em Ações, incluindo Opções</i>	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
<u><i>Diretoria</i></u>	R\$20.856.033,76	R\$18.299.249,22	R\$19.125.680,01
<i>Remuneração Fixa</i>	R\$5.847.224,20	R\$7.776.971,19	R\$6.919.092,94
<i>Remuneração Variável e baseada em Ações, incluindo Opções</i>	R\$15.008.809,56	R\$10.522.278,02	R\$12.206.587,07

BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96

NIRE 35.300.393.180

ANEXO I

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE MARÇO DE 2019

1. Fornecer cópia do plano proposto

O plano de concessão de ações (o “**Quarto Plano**”) integra a presente Proposta na forma do “Anexo II”.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:

2.1. Potenciais beneficiários

2.1.1. São elegíveis para participar do Quarto Plano os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, independentemente de qualquer posição hierárquica, senioridade ou tempo de contratação (as “**Pessoas Elegíveis**”). As Pessoas Elegíveis serão eleitas pelo Conselho de Administração ou pelo comitê de gestão dos atuais planos de opção de ações da Companhia (ou outro comitê que venha a substituí-lo, o “**Comitê**”) para participar de cada Programa (conforme definido no Quarto Plano) (os “**Participantes**”).

2.2. Número máximo de opções a serem outorgadas

2.2.1. O Quarto Plano não abrange opções de ações.

2.3. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

2.3.1. O número máximo de Ações Restritas Virtuais que poderá ser concedido aos Participantes no âmbito Quarto Plano está limitado a 1.839.905 (um milhão, oitocentas e trinta e nove mil, novecentas e cinco) Ações Restritas Virtuais (o “**Limite Quantitativo**”). Em caso de desdobramento ou grupamento de Ações de emissão da Companhia, o Limite Quantitativo será automaticamente ajustado à mesma razão do grupamento ou desdobramento em questão.

2.3.2. O número de Ações a serem transferidas ao respectivo Participante quando do cumprimento dos termos e condições do Quarto Plano e dos respectivos Programa e Contrato de Concessão corresponderá **(a)** ao número de Ações Restritas Virtuais a ele concedidas **menos (b) o montante total do imposto de renda retido na fonte e das contribuições previdenciárias então devidos pelo Participante decorrentes da transferência das Ações**. Para fins deste cálculo, 1 (uma) Ação Restrita Virtual será equivalente a 1 (uma) Ação da Companhia.

2.4. Condições de aquisição

2.4.1. A obrigação da Companhia de conceder Ações Restritas Virtuais ao Participante no âmbito do Quarto Plano está condicionada à celebração do Contrato de Concessão com cada um dos Participantes.

2.4.2. A Companhia somente terá a obrigação de conceder Ações ao Participante mediante a verificação de todos os requisitos, condições e procedimentos estabelecidos no Quarto Plano, nos respectivos Programa e Contrato de Concessão, inclusive, mas não se limitando ao cumprimento do Período de Carência, ou seja, o período que o Participante deverá permanecer vinculado à Companhia para ter direito à transferência das Ações (“**Período de Carência**”).

2.4.3. O Quarto Plano será composto de 2 (dois) programas de concessão de Ações Restritas Virtuais (os “**Programas**”), que serão criados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê.

2.4.4. Exceto se determinado de outra forma pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, o Período de Carência de cada Programa deverá observar as datas e proporções abaixo:

(i) Em relação ao primeiro Programa, (i) o Período de Carência se encerrará em 1º de janeiro de 2022 em relação a 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa; e (ii) o Período de Carência se encerrará em 1º de janeiro de 2023 em relação aos 50% (cinquenta por cento) remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa;

(ii) Em relação ao segundo Programa, (i) o Período de Carência se encerrará em 1º de janeiro de 2023 em relação a 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa; e (ii) o Período de Carência se encerrará em 1º de janeiro de 2024 em relação aos 50% (cinquenta por cento) remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa.

2.4.5. Sem prejuízo ao disposto no item 2.4.4 acima, o Conselho de Administração ou o Comitê poderá estabelecer outros termos e condições para a concessão de Ações Restritas Virtuais e de Ações, no âmbito de determinado Programa.

2.4.6. A assinatura pelo Participante do Contrato de Concessão implicará na expressa (i) adesão deste ao Quarto Plano e ao Programa em questão, em caráter irrevogável e irretratável, sem qualquer ressalva, exceto conforme estabelecido de forma diversa no Contrato de Concessão; (ii) concordância deste, em caráter irrevogável e irretratável, com os termos e condições do Quarto Plano e do Programa em questão.

2.5. Crítérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

2.5.1. A concessão das Ações Restritas Virtuais, bem como a transferência de Ações pela Companhia aos Participantes, será realizada a título não oneroso aos Participantes, observados os termos e condições do Quarto Plano e dos respectivos Programa e Contrato de Concessão, em especial o Período de Carência.

2.6. Crítérios para fixação do prazo de exercício

2.6.1. Após cumprido o respectivo Período de Carência e as demais condições estabelecidas no Quarto Plano, no Programa e no Contrato de Concessão, o

Participante que tiver interesse em converter suas Ações Restritas Virtuais em Ações deverá enviar ao Conselho de Administração ou ao Comitê uma notificação escrita em tal sentido, no prazo de 6 (seis) meses contado do respectivo cumprimento, sendo que, após referido prazo, as Ações Restritas Virtuais restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

2.6.2. As Ações serão transferidas pela Companhia ao Participante em até 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento da notificação mencionada no item acima.

2.7. Forma de liquidação de opções

2.7.1. Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Quarto Plano e nos respectivos Programa e Contrato de Concessão e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia optará por **(i)** transferir ao Participante ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, nos termos da Instrução CVM nº 567/2015, ou **(ii)** emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado.

2.7.2. Alternativamente à concessão de Ações, a Companhia, por decisão do Conselho de Administração ou do Comitê, poderá optar por pagar em dinheiro e à vista ao Participante o valor correspondente à média da cotação de fechamento das Ações nos últimos 60 (sessenta) pregões anteriores ao efetivo pagamento.

2.7.3. Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na concessão e subscrição das Ações decorrentes do Quarto Plano, em conformidade com o disposto no art. 171, §3º, da Lei nº 6.404/76.

2.8. Crítérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

2.8.1. O Quarto Plano permanecerá em vigor por prazo indeterminado, até que seja expressamente extinto por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, ou até que o Limite Quantitativo seja alcançado e a totalidade das Ações seja efetivamente transferida aos Participantes.

2.8.2. O Quarto Plano poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, sem que haja qualquer direito a Ações não efetivamente transferidas aos Participantes até a data da respectiva extinção, suspensão ou alteração.

2.8.3. Um Programa poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração ou do Comitê, no interesse da Companhia, sem que haja qualquer direito a Ações não efetivamente transferidas aos Participantes até a data da respectiva extinção, suspensão ou alteração.

2.8.4. Os Períodos de Carências das Ações Restritas Virtuais serão integralmente antecipados e as respectivas Ações poderão ser prontamente transferidas a pedido do Participante em caso de **(i)** oferta pública de Ações (uma “OPA”) para cancelamento de registro; **(ii)** OPA por aumento de participação de acionista controlador; **(iii)** OPA por alienação de controle de companhia aberta; e **(iv)** OPA voluntária para aquisição de controle de companhia aberta (incluindo eventuais OPAs concorrentes), conforme tais termos são definidos pela Instrução CVM nº 361/2002.

O Conselho de Administração ou o Comitê poderá estabelecer, a seu exclusivo critério, novas hipóteses de antecipação do Período de Carência.

2.8.5. Além disso, na hipótese de **(i)** dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer reorganização da Companhia na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, ou **(ii)** a Companhia deixar de ter suas ações admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), o Conselho de Administração ou o Comitê poderá decidir, a seu exclusivo critério, pela antecipação dos Períodos de Carência, pelo cancelamento de quaisquer restrições à transferência de Ações (se houver) e/ou pela recomendação à assembleia geral da companhia sucessora/resultante que aprove a continuidade e adoção do Quarto Plano.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

3.1. Os principais objetivos do plano

3.1.1. O Quarto Plano tem como objetivo: **(i)** estabelecer regras para que os Participantes possam receber Ações Restritas Virtuais e Ações da Companhia de forma não onerosa; **(ii)** estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, incentivando a integração dos Participantes na Companhia; **(iii)** aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco; **(iv)** fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes na Companhia; e **(v)** atrair novos talentos para a Companhia.

3.2. A forma como o plano contribui para esses objetivos

3.2.1. A concessão de Ações da Companhia de forma não onerosa aos Participantes, após o cumprimento dos termos e condições previstos no Quarto Plano e nos respectivos Programa e Contrato de Concessão, possibilita que estes ampliem seu senso de propriedade e comprometimento, com consequente aumento do alinhamento com os interesses dos acionistas e incentivo de permanência de longo prazo na Companhia.

3.3. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

3.3.1. A Companhia possui como política a valorização da meritocracia, estabelecendo metas específicas para seus diretores, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, as quais devem ser cumpridas em troca de remuneração adicional ao final do período. A Companhia acredita que o Quarto Plano se adequa à sua prática de remuneração, estimulando seus respectivos beneficiários a perseguirem melhores resultados para a Companhia, o que tem impacto direto na remuneração de diretores, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia.

3.4. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

3.4.1. O Quarto Plano alinha os interesses da Companhia, de seus diretores, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, na medida em que visa à otimização da gestão e a manutenção de seus principais diretores, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, cujo

comprometimento e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia no curto e longo prazo.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto

4.1. As despesas a serem incorridas no âmbito do Quarto Plano serão calculadas nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovado pela Deliberação CVM nº 650, de 16 de dezembro de 2010 ("**CPC10 (R1)**"), e dependem de fatores ainda não conhecidos, como o valor de mercado das ações da Companhia no momento de transferência destas aos Participantes e a taxa de evasão do Quarto Plano. A partir da efetiva outorga das Ações Restritas Virtuais aos Participantes, a Companhia provisionará mensalmente os encargos trabalhistas e tributários devidos no âmbito do Quarto Plano, os quais sofrerão ajuste periódico conforme a volatilidade das ações da Companhia, até a sua efetiva entrega aos Participantes.

4.2. Exclusivamente para os fins da Instrução CVM 481, o valor das despesas estimadas do Quarto Plano nos termos do CPC10 (R1) corresponderá a, em média, R\$ 4.280.453,36 (quatro milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos) ao ano, sem considerar encargos trabalhistas e tributários devidos, que incidirão na forma do item 4.1 acima. Tal estimativa foi feita pela administração da Companhia tendo como premissas **(i)** a quantidade inicialmente projetada de Ações a serem concedidas; **(ii)** a cotação média de fechamento das ações da Companhia na B3, ponderada por volume de negociação, dos últimos 60 (sessenta) dias; e **(iii)** a taxa de evasão projetado do Quarto Plano.

BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96

NIRE 35.300.393.180

ANEXO II

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE MARÇO DE 2019

PLANO DE CONCESSÃO DE AÇÕES

1. OBJETIVOS E ASPECTOS GERAIS DO PLANO

1.1. O presente Plano de Concessão de Ações (o “**Plano**”) da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. (e, em conjunto com outras sociedades por ela controladas, a “**Companhia**”) tem por objetivo conceder aos Participantes indicados pelo Conselho de Administração da Companhia (o “**Conselho de Administração**”) ou pelo comitê de gestão dos atuais planos de opção de ações da Companhia (ou outro comitê que venha a substituí-lo, o “**Comitê**”), de tempos em tempos, a oportunidade de receber ações ordinárias de emissão da Companhia (as “**Ações**”) de modo a: **(a)** estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, incentivando a integração dos Participantes na Companhia; **(b)** aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco; **(c)** fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes na Companhia; e **(d)** atrair novos talentos para a Companhia.

1.1.1. Para fins deste Plano, “**Ações Restritas Virtuais**” significa a expectativa de direito de recebimento das Ações a serem objeto de transferência aos Participantes, sujeita aos termos e condições previstos neste Plano, no respectivo Programa e no respectivo Contrato de Concessão.

1.2. A obrigação da Companhia de transferir Ações no âmbito deste Plano e de cada Programa ao Participante está condicionada, entre outras condições eventualmente previstas no respectivo Programa ou no Contrato de Concessão, **(a)** à adesão do Participante aos termos e condições do Plano e do Programa, mediante celebração de Contrato de Concessão; e **(b)** à continuidade do vínculo empregatício ou de administrador do respectivo Participante com a Companhia até o término do respectivo Período de Carência aplicável, observada o item 7. Uma vez cumpridas tais condições, a transferência das Ações será feita de forma não onerosa ao Participante.

2. ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

2.1. O Plano será gerido e administrado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, observadas as restrições previstas em lei. Obedecidas as condições gerais do Plano e as

diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia (a “**Assembleia Geral**”), o Conselho de Administração ou o Comitê terão amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para administração do Plano, incluindo: **(a)** a criação de cada um dos Programas; **(b)** selecionar os Participantes dentre as Pessoas Elegíveis; **(c)** determinar o número de Ações Restritas Virtuais a serem conferidas para cada Participante; **(d)** aprovar o modelo de Contrato de Concessão; **(e)** analisar casos excepcionais, decidir casos omissos e interpretar o Plano; **(f)** estabelecer os termos, condições e regras específicas, aplicáveis a um ou mais Participantes, sempre que este Plano contiver expressa previsão de discricionariedade por parte do Conselho de Administração ou do Comitê; e **(g)** propor alterações ao presente Plano para aprovação pela Assembleia Geral.

2.2. O Conselho de Administração e o Comitê poderão especificar ou delimitar as condições estabelecidas neste Plano, desde que não altere seus princípios básicos.

2.3. O Conselho de Administração e o Comitê não estarão obrigados a dar tratamento igual ou isonômico às Pessoas Elegíveis ou aos Participantes, mesmo que se encontrem em função, cargo, tempo de contratação, hierarquia ou senioridade similares, não havendo obrigatoriedade de aplicação de qualquer princípio de isonomia ou analogia. O Conselho de Administração ou o Comitê poderá, ainda, estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais. Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

3. PARTICIPANTES

3.1. O Conselho de Administração ou o Comitê terá poderes para eleger, a seu exclusivo critério e dentre os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, independentemente de qualquer posição hierárquica, senioridade ou tempo de contratação (as “**Pessoas Elegíveis**”), os respectivos participantes de cada Programa (o “**Participante**”), bem como estabelecer o número de Ações Restritas Virtuais a serem conferidas a cada Participante em cada Programa.

3.1.1. Nenhuma Pessoa Elegível terá direito assegurado, adquirido ou garantido de ser selecionada para participar do Plano ou de qualquer Programa. A decisão por tornar uma Pessoa Elegível um Participante é discricionária do Conselho de Administração ou do Comitê. A indicação de certo Participante em determinado Programa não lhe confere o direito de ser indicado como Participante em qualquer outro Programa.

3.1.2. A adesão a cada Programa por parte do Participante eleito é totalmente voluntária.

3.1.3. O Participante que tiver interesse em participar do Programa para o qual foi eleito deverá firmar o respectivo Contrato de Concessão, respeitado o prazo fixado em cada Programa.

3.1.4. Os direitos e obrigações decorrentes deste Plano e dos Contratos de Concessão são personalíssimos e não poderão ser cedidos ou transferidos, total ou parcialmente, mesmo em razão de sucessão, separação ou divórcio, tampouco dados em garantia, exceto se de outra forma estabelecido neste Plano ou no Contrato de Concessão.

4. PROGRAMAS E CONTRATO DE CONCESSÃO DE AÇÕES RESTRITAS VIRTUAIS

4.1. O Plano será composto de 2 (dois) programas de concessão de Ações Restritas Virtuais (os “**Programas**”), que serão criados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê. Em cada Programa serão definidos: **(a)** os termos e as condições para a concessão de Ações Restritas Virtuais relativas ao Programa em questão; **(b)** os Participantes do Programa em questão, ou os critérios para tal definição; **(c)** o número de Ações Restritas Virtuais objeto do Programa em questão; **(d)** o número de Ações Restritas Virtuais a que cada Participante fará jus sob o Programa em questão; e **(e)** os respectivos períodos que o Participante deverá permanecer vinculado à Companhia para ter direito à transferência das Ações nos termos e condições estabelecidas neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Concessão (o “**Período de Carência**”).

4.1.1. Não há obrigatoriedade de atribuição de um número ou percentual mínimo de Ações Restritas Virtuais para um Participante do Programa.

4.2. Sem prejuízo de outros termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Concessão, e exceto se determinado de outra forma pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, o Período de Carência de cada Programa deverá observar as datas e proporções abaixo:

(iii) Em relação ao primeiro Programa, **(i)** o Período de Carência se encerrará em 1º de janeiro de 2022 em relação a 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa; e **(ii)** o Período de Carência se encerrará em 1º de janeiro de 2023 em relação aos 50% (cinquenta por cento) remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa;

(iv) Em relação ao segundo Programa, **(i)** o Período de Carência se encerrará em 1º de janeiro de 2023 em relação a 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa; e **(ii)** o Período de Carência se encerrará em 1º de janeiro de 2024 em relação aos 50% (cinquenta por cento) remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa.

4.2.1. Não obstante o disposto na Cláusula 4.2, o Conselho de Administração ou o Comitê poderá estabelecer, a seu exclusivo critério, prazos diversos para o Período de Carência.

4.3. A transferência das Ações para o Participante somente se dará com o cumprimento das condições e prazos previstos neste Plano, no respectivo Programa e no respectivo Contrato de Concessão, de modo que a celebração do Contrato de Concessão e a concessão das Ações Restritas Virtuais não garantem aos Participantes quaisquer direitos sobre as Ações ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

4.3.1. A participação no Programa e a celebração do Contrato de Concessão constituem mera expectativa de direito dos Participantes, que podem vir a ter o direito de receber as Ações mediante a verificação de todos os requisitos, condições e procedimentos estabelecidos neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Concessão. Até que sejam satisfeitos todos esses requisitos, condições e procedimentos, não haverá qualquer obrigação da Companhia de entregar Ações aos Participantes. Dessa forma, não há qualquer garantia em favor do Participante quanto ao efetivo recebimento de Ações em decorrência deste Plano.

4.3.2. Até que a propriedade das Ações seja efetivamente transferida ao Participante, nos termos deste Plano, respectivos Programas e Contratos de Concessão, o Participante não terá quaisquer direitos e privilégios de acionista da Companhia em relação a tais Ações, em especial o direito de voto e o direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações.

4.4. Após cumprido o respectivo Período de Carência e as demais condições estabelecidas no Plano, no Programa e no Contrato de Concessão, o Participante que tiver interesse em converter suas Ações Restritas Virtuais em Ações deverá enviar ao Conselho de Administração ou ao Comitê uma notificação escrita em tal sentido, no prazo de 6 (seis) meses contado do respectivo cumprimento, sendo que, após referido prazo, as Ações Restritas Virtuais restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

4.4.1. As Ações serão transferidas ao Participante em até 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento da notificação.

4.4.2. Como forma de facilitar os trâmites jurídicos para transferência das Ações, o Conselho de Administração ou o Comitê poderá estabelecer e divulgar períodos fixos para que o Participante receba as Ações a que fizer jus. O Conselho de Administração ou o Comitê também poderá estabelecer, a qualquer tempo, restrições adicionais para o recebimento das Ações em datas que antecedam a divulgação de fatos relevantes pela Companhia, incluindo datas que antecedam o encerramento do exercício social e a publicação de demonstrações financeiras da Companhia, datas compreendidas entre decisões de aumento de capital, distribuição de dividendos, bonificação em ação ou desdobramento e a publicação dos respectivos editais ou anúncios, bem como outras datas nas quais considere recomendável a suspensão temporária do recebimento das Ações.

4.5. Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixarão os termos e as condições para a concessão das Ações Restritas Virtuais e das Ações em Contrato de Concessão de Ações Restritivas Virtuais (o **“Contrato de Concessão”**), a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante, observados os termos e condições definidos neste Plano e no respectivo Programa. O Contrato de Concessão deverá definir pelo menos as seguintes condições:

- (a) o número de Ações Restritas Virtuais que o Participante receberá, de acordo com o Programa;
- (b) Períodos de Carência das Ações Restritas Virtuais, e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e
- (c) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano ou o respectivo Programa.

4.5.1. A assinatura do Contrato Concessão implicará expressa aceitação pelo Participante, em caráter irrevogável e irretratável, de todos os termos do Plano e do Programa, o qual automaticamente estará obrigado a plena e integralmente cumprir. Será firmado um Contrato de Concessão entre a Companhia e cada Participante a cada Programa.

5. LIMITE QUANTITATIVO

5.1. O número máximo de Ações Restritas Virtuais que poderá ser concedido aos Participantes sob este Plano está limitado a 1.839.905 (um milhão, oitocentas e trinta e nove mil, novecentas e cinco) Ações Restritas Virtuais (o “**Limite Quantitativo**”). Eventual alteração do Limite Quantitativo dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

5.1.1. Em caso de desdobramento ou grupamento de Ações de emissão da Companhia, o Limite Quantitativo será automaticamente ajustado à mesma razão do grupamento ou desdobramento em questão.

5.2. O número de Ações a serem transferidas ao respectivo Participante quando do cumprimento dos termos e condições deste Plano e dos respectivos Programa e Contrato de Concessão corresponderá **(a)** ao número de Ações Restritas Virtuais a ele concedidas *menos* **(b) o montante total do imposto de renda retido na fonte e das contribuições previdenciárias então devidos pelo Participante decorrentes da transferência das Ações.**

5.2.1. Para fins da Cláusula 0(a), 1 (uma) Ação Restrita Virtual será equivalente a 1 (uma) Ação da Companhia.

5.3. Com o propósito de satisfazer o recebimento das Ações nos termos do Plano, a Companhia, sujeita à lei e regulamentação aplicável, optará por **(a)** transferir ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, nos termos da Instrução CVM nº 567/2015, ou **(b)** emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado.

5.3.1. Alternativamente à concessão de Ações, a Companhia, por decisão do Conselho de Administração ou do Comitê, poderá optar por pagar em dinheiro e à vista ao Participante o valor correspondente à média da cotação de fechamento das Ações nos últimos 60 (sessenta) pregões anteriores ao efetivo pagamento.

5.4. Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na concessão e subscrição das Ações decorrentes deste Plano, em conformidade com o disposto no art. 171, §3º, da Lei nº 6.404/76 (a “**Lei das S.A.**”).

6. PREÇO DE CONCESSÃO DAS AÇÕES RESTRITAS VIRTUAIS

6.1. A concessão das Ações Restritas Virtuais, bem como a transferência de Ações pela Companhia ao Participante, será realizada a título não oneroso aos Participantes e observará os termos e condições deste Plano, do respectivo Programa e do respectivo Contrato de Concessão.

7. DESLIGAMENTO DO PARTICIPANTE

7.1. Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê, nas hipóteses de desligamento do Participante por qualquer motivo, incluindo **(a)** demissão/rescisão por iniciativa da Companhia (com ou sem Justa Causa) ou por iniciativa do Participante, **(b)** renúncia ou destituição do cargo de administrador, ou **(c)** aposentadoria, os direitos conferidos ao Participante no âmbito deste Plano, de qualquer Programa e/ou Contrato de Concessão serão automaticamente extintos caso não tenha decorrido integralmente o respectivo Período de Carência, observado o disposto nas Cláusulas 7.2 e 7.3.

7.1.1. Na hipótese de desligamento do Participante após transcorrido integralmente o Período de Carência, porém antes de expirado o prazo de 6 (seis) meses para notificação nos termos da Cláusula 2.6.1, os direitos conferidos ao Participante no âmbito deste Plano, de qualquer Programa e/ou Contrato de Concessão permanecerão válidos até que **(a)** o Participante envie a referida

notificação e receba as Ações; ou **(b)** o prazo de 6 (seis) meses expire, hipótese em que os direitos conferidos ao Participante no âmbito deste Plano, de qualquer Programa e/ou Contrato de Concessão serão automaticamente extintos, o que ocorrer primeiro entre “a” e “b”.

7.1.2. Para fins deste Plano, “**Justa Causa**” significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia por justa causa, **(a)** nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam empregados da Companhia; e **(b)** no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados, nas seguintes hipóteses: (i) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; (ii) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (iii) a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia; (iv) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos negócios, imagem ou situação financeira da Companhia, desde que devidamente comprovado; (v) descumprimento material do Estatuto Social da Companhia, Código de Conduta e demais disposições corporativas ou societárias aplicáveis ao Participante, como administrador; e (vi) descumprimento das obrigações previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da referida Lei.

7.2. Especificamente para casos de invalidez permanente ou falecimento do Participante, os Períodos de Carência serão antecipados, para que a totalidade das Ações relacionadas ao Participante permanentemente inválido ou falecido sejam imediatamente recebidas pelo Participante ou pelos herdeiros ou sucessores do Participante, conforme for o caso, sem necessidade, nesta hipótese, de envio de notificação pelo Participante e/ou herdeiros ou sucessores deste à Companhia.

7.3. Não obstante o disposto na Cláusula 7.2, o Conselho de Administração ou o Comitê poderá, a seu exclusivo critério, deixar de observar a regra estipulada na Cláusula 7.1 e subitens, conferindo tratamento diferenciado a determinado Participante, podendo, inclusive, condicionar o tratamento diferenciado à observância de obrigações após o desligamento, tais como obrigações de não concorrência, não aliciamento de colaboradores ou outras que atendam aos interesses da Companhia. Tal tratamento diferenciado não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

8. EVENTOS DE LIQUIDEZ

8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7, os Períodos de Carências das Ações Restritas Virtuais serão integralmente antecipados e as respectivas Ações poderão ser prontamente transferidas a pedido do Participante em caso de **(a)** oferta pública de Ações (uma “**OPA**”) para cancelamento de registro; **(b)** OPA por aumento de participação de acionista controlador; **(c)** OPA por alienação de controle de companhia aberta; e **(d)** OPA voluntária para aquisição de controle de companhia aberta (incluindo eventuais OPAs concorrentes), conforme tais termos são definidos pela Instrução CVM nº 361/2002.

8.2. Nas hipóteses previstas na Cláusula 2.8.4, o Participante poderá optar por receber suas Ações de modo a participar da respectiva OPA nos mesmos termos e condições dos demais acionistas.

8.3. Não obstante o disposto na Cláusula 2.8.4, o Conselho de Administração ou o Comitê poderá estabelecer, a seu exclusivo critério, novas hipóteses de antecipação do Período de Carência.

9. DATA DE VIGÊNCIA E TÉRMINO PLANO

9.1. O Plano entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral e permanecerá em vigor por prazo indeterminado, até que seja expressamente extinto por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, ou até que o Limite Quantitativo seja alcançado e a totalidade das Ações seja efetivamente transferida aos Participantes.

9.1.1. O Plano poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, sem que haja qualquer direito a Ações não efetivamente transferidas aos Participantes até a data da respectiva extinção, suspensão ou alteração.

9.1.2. Um Programa poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração ou do Comitê, sem que haja qualquer direito a Ações não efetivamente transferidas aos Participantes até a data da respectiva extinção, suspensão ou alteração.

10. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

10.1. A existência do Plano, de Programas ou de Contratos de Concessão não impedirá ou prejudicará qualquer operação envolvendo, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, as Ações da Companhia (incluindo, operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão, ou transferência de participação acionária na Companhia (com ou sem troca de controle), tampouco o fechamento de capital da Companhia), bem como não dependerá de prévia ou posterior anuência de qualquer Participante a efetivação de referidas operações.

10.1.1. Na hipótese de **(a)** dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer reorganização da Companhia na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, ou **(b)** a Companhia deixar de ter suas ações admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), o Conselho de Administração ou o Comitê poderá decidir, a seu exclusivo critério, pela antecipação dos Períodos de Carência, pelo cancelamento de quaisquer restrições à transferência de Ações (se houver) e/ou pela recomendação à assembleia geral da companhia sucessora/resultante que aprobe a continuidade e adoção deste Plano.

10.2. Correrá sempre por conta e risco do Participante as decisões sobre a aquisição e alienação de Ações, respeitados os termos do Contrato de Concessão e do Plano.

10.3. Na hipótese de conflito entre as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração e pelo Comitê acerca da gestão e administração deste Plano, dos Programas e dos Contratos de Concessão, prevalecerá sempre àquelas do Conselho de Administração, observados os termos e condições deste instrumento.

10.4. Nenhuma disposição deste Plano poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes além daqueles inerentes ao Plano, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregados da Companhia, nem interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante.

10.4.1. Nenhuma disposição deste Plano conferirá a qualquer administrador Participante direitos concernentes à sua permanência no seu respectivo cargo, ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia em destituí-lo, nem assegurará o direito à sua reeleição para o cargo.

10.5. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê.

* * *